

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.936 - SP (2019/0300473-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ANDERSON BERNARDO DE SOUZA**
ADVOGADO : **ANDERSON BERNARDO DE SOUZA - SP377140**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **BRUNO HENRIQUE MARCENA SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Bruno Henrique Marcena Santos** – preso preventivamente pela prática, em tese, do crime de estelionato –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que decretou a prisão preventiva em face dos pacientes, em razão da ação penal em trâmite perante o Juízo de Direito da 21ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP - Foro Central Criminal Barra Funda (Processo n. 1501077-38.2018.8.26.0228).

Narram os autos que o Juízo de Direito da Vara Plantão da comarca da Capital/SP, ao decidir sobre a prisão cautelar do paciente, entendeu por bem substituir a reprimenda por medidas cautelares distintas da prisão (fls. 12/15).

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs recurso perante a Corte estadual, que concedeu a ordem para determinar a prisão preventiva do acusado, conforme se extrai (fls. 16/23 – Recurso em Sentido Estrito n. 1501077-38.2018.8.26.0228):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - Quadrilha e estelionato - Prisão preventiva - Presença de pressupostos legais que autorizam a decretação da custódia cautelar - Insuficiência de imposição de medidas cautelares diversas da prisão - Recurso provido.

Alega-se, em síntese, constrangimento ilegal consistente em ausência de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que o paciente aguarde em liberdade provisória o julgamento de mérito do presente *writ*.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, porquanto a Corte estadual, ao decretar a segregação cautelar dos paciente destacou a sua periculosidade, uma vez que integra organização criminosa, estruturada para a prática de delitos, conforme se observa (fl. 22):

[...]

O contexto fático, portanto, revela a necessidade de garantia da ordem pública, posto que, como muito bem ponderado pelo i. Promotor de Justiça, “os indiciados e seus comparsas agiram de forma organizada, como o local para instalar a central e com vários equipamentos utilizados para transações bancárias. Acrescente-se, ainda, que a primariedade, a residência fixa e a ausência de antecedentes criminais não obstam a manutenção da prisão cautelar, uma vez que a medida extrema é necessária para garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal.”

Nota-se, portanto, que a segregação cautelar, no caso em apreço, se justifica, na medida em que restringe preventivamente a liberdade de indivíduos que, apesar de primários e portador de bons antecedentes, **integram organização criminosa**, que compromete a ordem pública e gera instabilidade social.

[...]

Neste sentido: HC n. 510.022/MG, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 19/9/2019; HC n. 506.818/BA, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 30/8/2019.

Razão pela qual não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Dispensadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

